



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 220,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresnacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».

ASSINATURA

	Ano
As três séries	Kz: 470 615.00
A 1.ª série	Kz: 277 900.00
A 2.ª série	Kz: 145 500.00
A 3.ª série	Kz: 115 470.00

O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos

Despacho n.º 2225/14:

Altera o nome de Arlindo Ngueva Narciso das Chagas para Arlindo Ngueva Narciso das Chagas Rangel.

Governo Provincial de Luanda

Despacho n.º 2226/14:

Desvincula Maria Isabel Gonçalves Sebastião, Técnica de Enfermagem Especializada, da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2227/14:

Desvincula Josefina Cutala, Técnica de Enfermagem de 1.ª Classe, da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2228/14:

Desvincula Esperança Mário Ventura Fernandes, Auxiliar de Limpeza Principal, da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2229/14:

Desvincula Maria Amélia Domingos da Silva, Enfermeira Graduada do 6.º Escalão, da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2230/14:

Desvincula Domingas Miguel Pontes Sebastião, Técnica de Diagnóstico Especializada Principal, da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2231/14:

Desvincula Berta António Francisco, Técnica de Enfermagem de 1.ª Classe, da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2232/14:

Desvincula Maria da Conceição Arsénio de Sousa, Técnica de Diagnóstico Terapêutica Principal, da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2233/14:

Desvincula Maria de Lurdes do Couto Morais Coelho, Técnica de Enfermagem de 1.ª Classe, da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2234/14:

Desvincula Amélia Jacinto João Matias de Almeida Lavrador, Técnica de Diagnóstico Terapêutica de 2.ª Classe, da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2235/14:

Desvincula Aurora Boneca António, Técnica de Enfermagem de 2.ª Classe, da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2236/14:

Desvincula Laurindo Alberto, Técnico de Enfermagem de 1.ª Classe, da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2237/14:

Desvincula Isabel Kuanzambi Jorge, Técnica de Diagnóstico Terapêutica Especialista, da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2238/14:

Desvincula Maria Beatriz da Conceição Rodrigues Mário, Técnica de Enfermagem de 2.ª Classe, do Hospital Especializado Augusto Ngangula, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2239/14:

Desvincula Lu Thi Xuan, Médica Assistente Graduada, do Hospital Especializado Augusto Ngangula, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2240/14:

Desvincula António Salvador, Técnico Médio Principal de 1.ª Classe, da Direcção Provincial das Actividades Económicas, para efeito de reforma.

Despacho n.º 2241/14:

Transfere Filipa Francisco Cafua, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 7.º Escalão, do Governo Provincial de Luanda para a sua congénere do Huambo.

Despacho n.º 2242/14:

Coloca Teresa de Jesus Costa, Técnica Médica de Análises Clínicas, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

Despacho n.º 2243/14:

Coloca Amadeu Katchungua, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação de Luanda.

Despacho n.º 2244/14:

Coloca Victória Jamba Helena, Técnica Superior de Diagnóstico e Terapêutica de 2.ª Classe, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

Despacho n.º 2245/14:

Coloca Mariana de Lourdes Tossi, Professora do 1.º Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 5.º Escalão, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação de Luanda.

Despacho n.º 2246/14:

Coloca Evalina Henda Dembela Chiconjo, Enfermeira Geral do 1.º Escalão, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

Despacho n.º 2247/14:

Coloca Benilde Wahengala Cativa, Professora do 1.º Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 6.º Escalão, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação de Luanda.

Despacho n.º 2248/14:

Coloca Sandra Adercia Domingos, Professora do 1.º Ciclo do Ensino Primário Diplomado do 6.º Escalão, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação de Luanda.

Despacho n.º 2249/14:

Coloca Teresa Cassemene João, Auxiliar de Enfermagem de 3.ª Classe, no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

ANIP — Agência Nacional para o Investimento Privado

Resolução n.º 63/14:

Aprova o Contrato de Investimento do Projecto denominado «Arkema Angola, Limitada», no valor global de USD 1.300.000,00, sob o Regime Contratual Único.

Resolução n.º 64/14:

Aprova o Contrato de Investimento do Projecto denominado «Tengchuan Internacional, Limitada», no valor global de USD 2.000.000,00, no Regime Único.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

Despacho n.º 2225/14 de 2 de Setembro

Tendo Arlindo Ngueva Narciso das Chagas, solicitado a alteração de seu nome para Arlindo Ngueva Narciso das Chagas Rangel, ao abrigo do n.º 1, do artigo 131.º do Código do Registo Civil;

Organizado e instruído o processo, nos termos do artigo 131.º do Código do Registo Civil, conjugado com o disposto no artigo 370.º do mesmo Código e ao abrigo do Despacho n.º 846/13, de 1 de Abril, do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, determino:

É alterado o nome de Arlindo Ngueva Narciso das Chagas, nascido aos 5 de Outubro de 1978, no Município da Ingombota, Província de Luanda, filho de Dumilde das Chagas Simões Rangel e de Maria da Conceição Ferreira Narciso, para Arlindo Ngueva Narciso das Chagas Rangel, nos termos do n.º 1, do artigo 131.º do Código do Registo Civil.

Publique-se.

Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, em Luanda, aos 12 de Agosto de 2014. — A Secretária de Estado para a Justiça, *Maria Isabel Fernandes Tormenta dos Santos*.

GOVERNO PROVINCIAL DE LUANDA

Despacho n.º 2226/14 de 2 de Setembro

Considerando a Nota n.º 573/DPSL/DRH/13, de 13 de Novembro, da Directora Provincial da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Maria Isabel Gonçalves Sebastião, com a categoria de Técnica de Enfermagem Especializada, Agente n.º 04042834, desvinculada por reforma da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2227/14 de 2 de Setembro

Considerando a Nota n.º 573/DPSL/DRH/13, de 13 de Novembro, da Directora Provincial da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Josefina Cutala, com a categoria de Técnica de Enfermagem de 1.ª Classe, Agente n.º 07826602, desvinculada por reforma da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2228/14
de 2 de Setembro

Considerando a Nota n.º 573/DPSL/DRH/13, de 13 de Novembro, da Directora Provincial da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Esperança Mário Ventura Fernandes, com a categoria de Auxiliar de Limpeza Principal, Agente n.º 04043420, desvinculada por reforma da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2229/14
de 2 de Setembro

Considerando a Nota n.º 573/DPSL/DRH/13, de 13 de Novembro, da Directora Provincial da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Maria Amélia Domingos da Silva, com a categoria de Enfermeira Graduada do 6.º Escalão, Agente n.º 07202681, desvinculada por reforma da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2230/14
de 2 de Setembro

Considerando a Nota n.º 573/DPSL/DRH/13, de 13 de Novembro, da Directora Provincial da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Domingas Miguel Pontes Sebastião, com a categoria de Técnica de Diagnóstico Especialista Principal, Agente n.º 04072829, desvinculada por reforma da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2231/14
de 2 de Setembro

Considerando a Nota n.º 573/DPSL/DRH/13, de 13 de Novembro, da Directora Provincial da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Berta António Francisco, com a categoria de Técnica de Enfermagem de 1.ª Classe, Agente n.º 04071333, desvinculada por reforma da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2232/14
de 2 de Setembro

Considerando a Nota n.º 573/DPSSL/DRH/13, de 13 de Novembro, da Directora Provincial da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Maria da Conceição Arsénio de Sousa, com a categoria de Técnica de Diagnóstico Terapêutica Principal, Agente n.º 04072054, desvinculada por reforma da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2233/14
de 2 de Setembro

Considerando a Nota n.º 573/DPSSL/DRH/13, de 13 de Novembro, da Directora Provincial da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Maria de Lurdes do Couto Morais Coelho, com a categoria de Técnica de Enfermagem de 1.ª Classe, Agente n.º 04072858, desvinculada por reforma da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2234/14
de 2 de Setembro

Considerando a Nota n.º 573/DPSSL/DRH/13, de 13 de Novembro, da Directora Provincial da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Amélia Jacinto João Matias de Almeida Lavrador, com a categoria de Técnica de Diagnóstico Terapêutica de 2.ª Classe, Agente n.º 04694867, desvinculada por reforma da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2235/14
de 2 de Setembro

Considerando a Nota n.º 573/DPSSL/DRH/13, de 13 de Novembro da Directora Provincial da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Aurora Boneca António, com a categoria de Técnica de Enfermagem de 2.ª Classe, Agente n.º 04061056, desvinculada por reforma da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2236/14
de 2 de Setembro

Considerando a Nota n.º 573/DPSL/DRH/13, de 13 de Novembro da Directora Provincial da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Laurindo Alberto, com a categoria de Técnico de Enfermagem de 1.ª Classe, Agente n.º 04054151, desvinculado por reforma da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2237/14
de 2 de Setembro

Considerando a Nota n.º 573/DPSL/DRH/13, de 13 de Novembro, da Directora Provincial da Direcção Provincial de Saúde de Luanda, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Isabel Kuanzambi Jorge, com a categoria de Técnica de Diagnóstico Terapêutica Especialista, Agente n.º 04692839, desvinculada por reforma da Direcção Provincial de Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2238/14
de 2 de Setembro

Considerando o Ofício n.º 57/GDA/HAN/13, de 18 de Julho, da Directora Administrativa do Hospital Especializado Augusto Ngangula, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Maria Beatriz da Conceição Rodrigues Mário, com a categoria de Técnica de Enfermagem de 2.ª Classe, Agente n.º 11388349, desvinculada por reforma do Hospital Especializado Augusto Ngangula.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2239/14
de 2 de Setembro

Considerando o Ofício n.º 56/GDA/HAN/13, de 18 de Julho, da Directora Administrativa do Hospital Especializado Augusto Ngangula, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Lu Thi Xuan, com a categoria de Médica Assistente Graduada, Agente n.º 10955958, desvinculada por reforma do Hospital Especializado Augusto Ngangula.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2240/14
de 2 de Setembro

Considerando o Ofício n.º 273/268/35/02.00/SA/DPAE/GPL/13, de 15 de Outubro, do Director Provincial da Direcção Provincial das Actividades Económicas, através do qual solicita previamente o Despacho de desvinculação por reforma, ao abrigo do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho, que define as causas da extinção da relação jurídica de emprego;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o artigo 9.º do Estatuto do Governo Provincial de Luanda, aprovado por Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É António Salvador, com a categoria de Técnico Médio Principal de 1.ª Classe, Agente n.º 00589518, desvinculado por reforma da Direcção Provincial das Actividades Económicas.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2241/14
de 2 de Setembro

Considerando a pretensão da funcionária espelhada no Ofício n.º 261, do Governo Provincial do Huambo, e havendo a necessidade de se proceder à transferência da mesma, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Filipa Francisco Cafua, Professora do I Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 7.º Escalão, Agente n.º 11915412, transferida do Governo Provincial de Luanda, para a sua congénere do Huambo.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2242/14
de 2 de Setembro

Considerando a pretensão da funcionária espelhada no Ofício n.º 45, do Governo Provincial do Cuando Cubango, e havendo a necessidade de se proceder à colocação da mesma, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Teresa de Jesus Costa, Técnica Média de Análises Clínicas, Agente n.º 89280156, proveniente do Cuando Cubango, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2243/14
de 2 de Setembro

Considerando a pretensão do funcionário espelhado no Ofício n.º 4228, do Governo Provincial de Benguela, e havendo a necessidade de se proceder à colocação do mesmo, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Amadeu Katchungua, Professor do II Ciclo do Ensino Secundário Diplomado do 4.º Escalão, Agente n.º 11439101, proveniente de Benguela, colocado no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2244/14
de 2 de Setembro

Considerando a pretensão da funcionária espelhada no Ofício n.º 4206, do MAT, e havendo a necessidade de se proceder à colocação da mesma, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Victória Jamba Helena, Técnica Superior de Diagnóstico e Terapêutica de 2.ª Classe, Agente n.º 88268443, proveniente do Uíge, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2245/14
de 2 de Setembro

Considerando a pretensão da funcionária espelhada no Ofício n.º 4230, do MAT, e havendo a necessidade de se proceder à colocação da mesma, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Mariana de Lourdes Tossi, Professora do 1.º Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 5.º Escalão, Agente n.º 06407659, proveniente da Benguela, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2246/14
de 2 de Setembro

Considerando a pretensão da funcionária espelhada no Ofício n.º 4229, do MAT, e havendo a necessidade de se proceder à colocação da mesma, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, que aprova o Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, determina o seguinte:

1. É Evalina Henda Dembela Chiconjo, Enfermeira Geral do 1.º Escalão, Agente n.º 89326662, proveniente do Uíge, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2247/14
de 2 de Setembro

Considerando a pretensão da funcionária espelhada no Ofício n.º 4125, do MAT, e havendo a necessidade de se proceder à colocação da mesma, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro e 201.º C.R.A., determina o seguinte:

1. É Benilde Wahengala Cativa, Professora do 1.º Ciclo do Ensino Secundário Diplomada do 6.º Escalão, Agente n.º 12094696, proveniente de Benguela, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2248/14
de 2 de Setembro

Considerando a pretensão da funcionária espelhada no Ofício n.º 249, do Governo Provincial da Lunda-Norte, e havendo a necessidade de se proceder à colocação da mesma, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Sandra Adercia Domingos, Professora do 1.º Ciclo do Ensino Primário Diplomado do 6.º Escalão, Agente n.º 88381926, proveniente da Lunda-Norte, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Educação de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

Despacho n.º 2249/14
de 2 de Setembro

Considerando a pretensão da funcionária espelhada no Ofício n.º 240, do Governo Provincial da Lunda-Norte, e havendo a necessidade de se proceder à colocação da mesma, ao abrigo do artigo 29.º do Decreto n.º 25/91, de 29 de Junho;

O Governador Provincial, nos termos da alínea e) do artigo 19.º da Lei n.º 17/10, de 29 de Julho — Lei da Organização e do Funcionamento dos Órgãos da Administração Local do Estado, conjugado com o n.º 2 do artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 276/11, de 31 de Outubro, determina o seguinte:

1. É Teresa Cassemene João, Auxiliar de Enfermagem de 3.ª Classe, Agente n.º 09016014, proveniente da Lunda-Norte, colocada no quadro de pessoal da Direcção Provincial da Saúde de Luanda.

2. Este Despacho entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Gabinete do Governador Provincial de Luanda, aos 3 de Dezembro de 2013. — O Governador, *Bento Joaquim Sebastião Francisco Bento*.

ANIP — AGÊNCIA NACIONAL PARA O INVESTIMENTO PRIVADO

Resolução n.º 63/14
de 2 de Setembro

Considerando que a «Arkema Afrique Sas», pessoa colectiva de direito francês, entidade não residente cambial, com sede social na 420, Rua D'Estienne D'Orves, 92700 Colombes — França, Investidor Externo, apresentou ao abrigo do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Do Investimento Privado), uma proposta de investimento externo a realizar na República de Angola;

Considerando que no âmbito desta proposta a empresa pretende constituir uma sociedade por quotas com um parceiro local, cuja actividade consiste na prestação de serviços à indústria petrolífera, nomeadamente, a importação, armazenamento, preparação e fornecimento de produtos químicos;

Considerando ainda, que o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público;

Nos termos das disposições combinadas do n.º 1 do artigo 60.º, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado) e do artigo 13.º do Estatuto Orgânico da ANIP (aprovado por Decreto Presidencial n.º 113/11, de 2 de Junho), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o contrato de investimento do projecto denominado «Arkema Angola, Limitada», no valor global de USD 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil dólares dos EUA), sob o Regime Contratual Único.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Vista e aprovada pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda aos 15 de Abril de 2014.

A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PROJECTO DE INVESTIMENTO «ARKEMA ANGOLA, LIMITADA»

Contrato de Investimento Privado

Entre:

1.º — O Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), nos termos da delegação de competências prevista no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º Andar, Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada por Maria Luísa Perdigão Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários para o acto (doravante abreviadamente designadas, respectivamente, por «Estado» e por «ANIP»);

E

2.º — Arkema Afrique Sas, pessoa colectiva de direito francês, investidor externo, entidade não residente cambial, com sede social na 420, Rue D'Estienne D'Orves, 92700 Colombes, França, neste acto representada por Djamila Sousa Pinto de Andrade (doravante abreviadamente designada por «Investidor Externo»);

O Estado e o Investidor Externo, quando referidos conjuntamente serão designados por Partes.

Considerando que:

1. Nos termos da Lei do Investimento Privado, a ANIP é o órgão do Estado encarregue de executar a política nacional em matéria de investimento privado e promover, coordenar e supervisionar os investimentos privados em curso em Angola.

2. O Investidor Externo pretende realizar o investimento em Angola, tal como definido pela alínea e) do artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, por meio da constituição de uma sociedade de direito angolano, da qual deterá 49% (quarenta e nove por cento) do capital social, que se dedicará à prestação de serviços à indústria petrolífera, nomeadamente, a importação, armazenamento, preparação e fornecimento de produtos químicos, tais como:

- i) Aditivos de abaixamento de ponto de fluidez;
- ii) Dispersantes de parafinas;
- iii) Solventes de parafinas;
- iv) Desemulsionantes;
- v) Anti-espumas;
- vi) Inibidores de corrosão;
- vii) Bactericidas;
- viii) Redutores de oxigénio;
- ix) Redutores de H₂S;
- x) Inibidores de depósitos minerais;
- xi) Solventes de depósitos minerais;
- xii) Desengordurantes;
- xiii) Floculantes;
- xiv) Redutores de fricção (*Drag reducers*);
- xv) Inibidores de hidratos;
- xvi) Inibidores de Asfaltenos;
- xvii) Solventes de limpeza;
- (xviii) Tensioactivos.

3. O Projecto de Investimento do investidor externo deve seguir o regime processual único do Investimento Privado, que corresponde ao regime contratual, nos termos do n.º 1 do artigo 51.º e do artigo 52.º da Lei do Investimento Privado;

4. É intenção do Estado, apoiar o Projecto de Investimento do Investidor Externo e é intenção deste, cumprir integralmente com todas as obrigações decorrentes do Contrato de Investimento e da Lei.

É celebrado o presente Contrato de Investimento Privado, de acordo com o previsto na Lei do Investimento Privado e nas seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Definições)

1. Para efeitos do presente Contrato de Investimento, salvo se sentido diverso resultar do seu contexto, as definições abaixo reproduzidas terão o significado que a seguir lhes é atribuído:

a) «Cláusulas»: — Os articulados deste Contrato de Investimento, excluindo os considerandos;

b) «Contrato de Investimento»: — O presente Contrato de Investimento Privado e todos os seus Anexos;

c) «Arkema Afrique Sas»: — Sociedade comercial de direito francês, entidade não residente cambial, com sede em França 420, Rue D'Estienne D'Orves, 92700 Colombes, promotora e investidora Externa, cujo objecto é a prestação de serviços à indústria petrolífera, nomeadamente, o fornecimento de produtos químicos à indústria petrolífera;

d) «Arkema Angola, Limitada»: — sociedade de direito angolano a ser constituída entre o investidor externo e um sócio nacional, com vista à implementação do projecto objecto do presente contrato;

e) «Data Efectiva»: — Data da assinatura do Contrato de Investimento;

f) «Estudo de Impacto Económico e Social»: — Estudo demonstrativo do impacto económico e social do projecto de Investimento a que alude o n.º 2 do artigo 54.º da Lei do Investimento Privado;

g) «Lei do Investimento Privado»: — Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;

h) «Lei das Sociedades Comerciais»: — Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro;

i) «Projecto de Investimento»: — Projecto de investimento descrito nas Cláusulas 2.ª e 3.ª do presente Contrato de Investimento.

2. Para além das definições constantes do número anterior, sempre que o Contrato de Investimento utilizar as definições previstas no artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, estas terão o significado previsto nessa lei.

3. Em caso de alteração, total ou parcial, do citado artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, as Partes acordam que as definições incorporadas neste Contrato de Investimento, por força desta Cláusula, terão o significado que lhes for atribuído pela Lei do Investimento Privado na Data Efectiva.

4. O significado das definições previstas nos n.ºs 1 e 2 desta Cláusula será sempre o mesmo, quer estas sejam utilizadas no plural ou no singular, quer se encontrem escritas no género masculino ou feminino.

CLÁUSULA 2.ª

(Natureza Administrativa e Objecto do Contrato)

1. O Contrato de Investimento tem natureza administrativa e é celebrado entre as Partes, em conformidade com a Lei Aplicável, nomeadamente, a Lei do Investimento Privado, e com as disposições nelas previstas.

2. O presente Contrato tem por objecto a constituição de uma sociedade por quotas, cuja actividade principal é a prestação de serviços à indústria petrolífera, nomeadamente, a importação, armazenamento, preparação e fornecimento de produtos químicos, referidos no ponto 2 dos Considerandos.

CLÁUSULA 3.ª

(Localização do Investimento e Regime Jurídico dos Bens do Investidor)

1. O Projecto de Investimento será implementado no Município de Cacucão, Província de Luanda, Zona de Desenvolvimento A.

2. O regime jurídico dos bens a adquirir e a alocar à Arkema Angola, Limitada, no âmbito do presente Projecto de Investimento é de natureza privada.

CLÁUSULA 4.ª

(Entrada em vigor, prazo de vigência do Contrato)

O Contrato de Investimento entra em vigor na data da sua assinatura e vigorará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 5.ª

(Objectivos a serem atingidos pelo Projecto de Investimento)

Os objectivos do projecto de investimento são os seguintes:

- a) Constituir, em Angola, uma sociedade que possa dar resposta à demanda do mercado local, de fornecimento de produtos químicos para a indústria petrolífera;
- b) Motivar e promover o desenvolvimento económico do País e simultaneamente promover o bem-estar económico das populações;
- c) Criar novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais e elevar a qualificação da mão-de-obra angolana;
- d) Promover a eficiência empresarial do país.

CLÁUSULA 6.ª

(Entidade executora e Gestora do Projecto)

1. Ao abrigo do presente Contrato de Investimento, a execução do projecto, será levada a cabo pela Arkema Angola, Limitada, sociedade a constituir para o efeito.

2. A exploração e gestão da sociedade serão feitas em conjunto pelo investidor externo e o parceiro local, por via da Arkema Angola, Limitada.

CLÁUSULA 7.ª

(Montante do Investimento)

1. O valor global do projecto de Investimento é de USD 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

2. No quadro de implementação e desenvolvimento do projecto de investimento, o Investidor Externo poderá, futuramente, solicitar junto da ANIP, aumentos do valor do investimento, visando, nomeadamente, a expansão do presente projecto.

CLÁUSULA 8.ª

(Operações de Investimento Privado)

O investimento referido na cláusula Sétima do presente Contrato de Investimento prevê a realização das operações de investimento previstas nas alíneas a) e d), do artigo 12.º, da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 9.ª

(Formas de realização do Investimento Privado)

A forma de realização do investimento é a prevista na alínea a) do artigo 13.º, da Lei do Investimento Privado, ou seja, através da transferência de fundos próprios do exterior.

CLÁUSULA 10.ª

(Formas de financiamento do Projecto)

O projecto será integralmente financiado com recurso a fundos próprios.

CLÁUSULA 11.ª

(Programa de Implementação e Desenvolvimento do Projecto)

1. A implementação do empreendimento será feita conforme o Cronograma de Implementação e Execução do Projecto de Investimento, que se junta ao presente Contrato como Anexo I.

2. O Investidor Externo não poderá ser responsabilizado pelo incumprimento dos prazos mencionados no referido cronograma, desde que sejam resultantes de actos de terceiros, nomeadamente, de atrasos na actuação das entidades públicas envolvidas na execução do projecto, ficando desde já obrigado a informar à ANIP sobre quaisquer factos que lhe impeçam de cumprir com as suas obrigações.

CLÁUSULA 12.ª

(Termos da Proporção e Graduação Percentual do Repatriamento dos Lucros e Dividendos)

1. Depois de implementado o Projecto de Investimento e mediante prova da sua execução, é garantido ao Investidor Externo o direito a transferir para o exterior:

- a) os dividendos ou lucros distribuídos, depois de devidamente verificado e comprovado o pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital próprio da sociedade;
- b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo as mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;
- c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas, com dedução dos respectivos impostos, previstas em actos ou contratos que nos termos da presente lei, constituam investimento privado;
- d) Os produtos de indemnizações, nos termos do n.º 3 do artigo 16.º, da Lei do Investimento Privado;
- e) Royalties ou outros rendimentos de remuneração de investimentos indirectos, associados à cedência de transferência de tecnologia.

2. Tendo em consideração o montante do capital investido, a Zona de investimento em causa (Zona A), o Investidor Externo poderá ter direito à repatriação dos correspondentes

idos ou lucros distribuídos, transcorridos 3 (três) anos após a implementação efectiva do projecto, nos termos do n.º 1 da Lei do Investimento Privado.

CLÁUSULA 13.ª

Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da execução dos investimentos preconizados a ser efectuado ANIP no quadro do disposto na Lei do Investimento Privado, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e na legalmente previstos, à fiscalização sectorial corrente de acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

2. O Investidor Externo e a sociedade a constituir deverão facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das actividades e dos dados e elementos que possuírem quer sejam de natureza técnica, económica, financeira ou outra, aos Técnicos devidamente credenciados, terão o direito de visitar o local ou locais de operações, adstritas ao projecto de investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias ao desempenho da sua missão.

3. De acordo com o Cronograma de Implementação e Execução do Projecto que constitui anexo ao presente Contrato de Investimento, o Investidor Externo sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, deverá elaborar e apresentar à ANIP Relatórios Trimestrais, no período de investimento, e anuais, no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

4. Sempre que necessário, as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do projecto de investimento autorizado. As notificações ou comunicações entre as Partes, no âmbito do presente Contrato de Investimento só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito e entregues pessoalmente ou enviadas por correio, correio electrónico (E-mail) e Fax para os seguintes endereços:

ANIP

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º Andar, Luanda - Angola

Telefones: (00 244) 222 39 14 34/33 12 52

Fax: (00 244) 222 39 33 81/39 38 33

CP: 5465

E-mail: geral@anip.co.ao

Investidor — Arkema Afrique Sas 420, Rue D'Estienne D'Orves, 92700 Colombes - França

Telefone: +33 (0)1 49 00 37 59 Fax: +33 49 00 55 09

E-mail: helene.monceaux@arkema.com

jerome.gandon@arkema.com

Ou

Bairro São Paulo, Rua Comandante Bula n.º 101/103.

Luanda - Angola.

Telefone: +244 934764591.

5. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 14.ª

(Impacto Económico e Social do Projecto)

1. O Projecto de Investimento terá o impacto económico descrito no Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira do Projecto, nomeadamente:

- a) Incentivo ao crescimento da economia angolana e criação de valor acrescentado para a economia nacional;
- b) Criação de condições para a melhoria do abastecimento eficaz do sector petrolífero em matéria de produtos químicos;
- c) Potenciamento do empresariado local por via do estabelecimento de parcerias entre entidades nacionais e estrangeiras;
- d) Promoção da eficiência empresarial.

2. O Projecto de Investimento terá o seguinte impacto social:

- a) Criação de 8 (oito) postos de trabalho para trabalhadores nacionais;
- b) Desenvolvimento de acções de formação de âmbito geral e específico, bem como a promoção da qualificação profissional.

CLÁUSULA 15.ª

(Impacte ambiental)

1. O Investidor Externo obriga-se a executar o Projecto de Investimento de acordo com a legislação ambiental em vigor aplicável, nomeadamente, no que diz respeito ao dever de colaboração e de informação com o Ministério do Ambiente, em particular no que diz respeito a:

- a) Salvaguarda do meio ambiente, em matérias de ruídos, gases, fumos, poeira, gestão de resíduos e efluentes;
- b) Permitir que as autoridades competentes procedam a inspecções ou estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades de construção e operação das instalações dos equipamentos no estaleiro;
- c) Assegurar o adequado tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos, que abranja todos os subprojectos;
- d) Participar ao Ministério do Ambiente, quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o ambiente.

2. No quadro da implementação do Projecto de Investimento, o Investidor Externo deverá cumprir com os procedimentos inerentes à protecção do meio ambiente que se traduzem em medidas que permitirão minimizar o impacto negativo sobre o ambiente, de acordo com as normas internacionais e as leis nacionais sobre a matéria, designadamente a Lei de Bases do Ambiente — Lei n.º 5/98, de 19 de Junho, Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho e o Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho, Decreto n.º 1/10, de 13 de Janeiro e o Decreto Executivo Conjunto n.º 130/09, de 26 de Novembro.

CLÁUSULA 16.^a
(Força de Trabalho e Plano de Formação)

1. O projecto de investimento prevê, no seu primeiro ano de implantação, a criação de 9 (nove) postos de trabalho, sendo 8 (oito) para trabalhadores nacionais e apenas 1 (um) para trabalhador expatriado, que será o representante do investidor.

2. O Investidor Externo tem como objectivo proporcionar formação intensiva, transmissão de conhecimentos, know-how e conhecimentos técnicos para técnicos nacionais. O cumprimento do plano de formação (Anexo II), que implica a capacitação da força de trabalho nacional, operar-se-á num período que se estima de 2 a 3 anos.

3. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Formação da mão-de-obra nacional, a Sociedade ficará também obrigada

a:

- a) Colaborar com o INEFOP no processo de recrutamento, selecção e formação profissional dos trabalhadores angolanos;
- b) Cumprir com as obrigações inerentes à sua qualidade de empregador, designadamente, os descontos de Imposto sobre o rendimento do Trabalho e contribuições para a Segurança Social, celebrar contratos de seguros de trabalho e doenças profissionais;
- c) Assegurar-se que as empresas subcontratadas celebrem contratos de seguro contra acidentes de trabalho a favor dos seus trabalhadores.

CLÁUSULA 17.^a
(Apoio Institucional do Estado)

Ao longo do desenvolvimento e implementação do projecto de investimento, as instituições públicas angolanas, de acordo com as suas competências e no alcance do interesse socioeconómico do projecto, comprometem-se institucionalmente no seguinte:

- a) *Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP)*: — apoiar o Investidor Externo sempre que este pretender recorrer aos órgãos da Administração Pública e outras instituições cuja intervenção seja considerada pertinente para a implementação e gestão do projecto;
- b) *Banco Nacional de Angola*: — emitir a necessária licença de importação de capitais;
- c) *Ministério do Comércio*: — garantir a emissão do Alvará Comercial e o registo como importador;
- d) *Ministério do Ambiente*: — garantir a emissão da respectiva licença ambiental;
- e) *Ministério dos Petróleos*: — garantir o respectivo cadastramento da sociedade a constituir como prestadora de serviço à indústria petrolífera e demais suporte que vier a ser necessário, no âmbito da actividade da sociedade.

CLÁUSULA 18.^a
(Direitos e deveres do Investidor)

1. O Estado angolano garante ao Investidor Externo a protecção dos seus direitos e o seu apoio institucional, garantindo-lhes designadamente o direito de:

- a) Introduzir em Angola os bens e fundos que se afigurem necessários para implementar o projecto de investimento;
- b) Repatriar, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 18.º da Lei do Investimento Privado e da Cláusula 12.ª deste Contrato de Investimento, em moeda internacionalmente conversível (i) os dividendos ou lucros distribuídos (ii) o produto da dissolução e liquidação dos seus investimentos (iii) quaisquer importâncias que sejam devidas, previstas em actos ou contratos que constituam investimento privado (iv) o produto de quaisquer indemnizações em caso de expropriação ou requisição pública;
- c) Negociar livremente as taxas de câmbio de compra e venda de divisas com instituições financeiras legalmente autorizadas a operar em Angola;
- d) Recorrer ao crédito interno e externo se tal se afigurar necessário para implementar o Projecto de Investimento, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º da Lei do Investimento Privado.

2. O Investidor Externo compromete-se a respeitar as leis e regulamentos em vigor na República de Angola e a cumprir com os compromissos assumidos no âmbito do presente contrato, nomeadamente a:

- a) Observar os prazos fixados para a importação de capitais e para a implementação do projecto de investimento, de acordo com os compromissos assumidos;
- b) Não praticar, por acção ou omissão, quaisquer actos que configurem discriminação racial, do género ou por deficiência física, não fomentando factores de exclusão em razão do salário ou da condição social entre trabalhadores nacionais e expatriados, devendo atribuir aos angolanos categorias ocupacionais, salários e regalias sociais iguais as dos seus homólogos expatriados de igual nível ou grau académico e qualificação técnica e profissional;
- c) Aplicar o plano de contas e as regras de contabilidade existentes no país;
- d) Respeitar as normas relativas à defesa do meio ambiente, nos termos da Lei n.º 5/98, de 19 de Junho — Lei de Bases do Ambiente e de outra legislação aplicável;
- e) Respeitar as normas relativas à higiene, protecção e segurança dos trabalhadores contra doenças profissionais, acidentes de trabalho e outras eventualidades previstas na legislação sobre segurança social;
- f) Efectuar e manter actualizados os seguros contra acidentes de trabalho e doenças profissionais.

dos trabalhadores, bem como os seguros de responsabilidade civil por danos a terceiros ou ao ambiente.

CLÁUSULA 19.ª
(Lei Aplicável)

Contrato de Investimento rege-se pela lei angolana, nomeadamente pela Lei do Investimento Privado — Lei 0/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 20.ª
(Infracções e Sanções)

1. Sem prejuízo do disposto noutros diplomas legais, constitui transgressão o incumprimento doloso ou culposo das obrigações legais a que o Investidor Externo está sujeito em termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, e demais legislação sobre investimento privado.

2. Constitui nomeadamente transgressão:

- a) O uso de contribuições provenientes do exterior para finalidades diversas daquelas para que tenham sido autorizadas;
- b) A não execução do projecto dentro dos prazos estabelecidos no presente Contrato ou na autorização do investimento;
- c) A prática de actos do comércio ilegais;
- d) A prática de facturação que permita a saída ilícita de capitais ou iluda as obrigações a que a empresa esteja sujeita, designadamente as de carácter fiscal;
- e) A não execução das acções de formação nas condições e prazos estabelecidos;
- f) A sobrefacturação de máquinas e equipamentos importados para os fins do projecto de investimento;
- g) A falsificação de mercadorias e falsidade das declarações.

3. As transgressões previstas nos números anteriores, sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas na lei são passíveis da aplicação das seguintes sanções:

- a) Multa, no valor correspondente em Kwanzas, que varia entre o equivalente a USD 10.000,00 (dez mil dólares dos EUA) e USD 500.000,00 (quinhentos mil dólares dos EUA), sendo o mínimo e o máximo elevados para o triplo em caso de reincidência;
- b) Perda dos benefícios aduaneiros e fiscais;
- c) Revogação da autorização do investimento.

CLÁUSULA 21.ª
(Resolução de litígios)

1. Qualquer conflito entre as Partes emergente ou relacionado com o presente Acordo, incluindo qualquer questão relacionada com a sua existência, validade ou termo, será submetido e resolvido através da arbitragem, de acordo com a Lei n.º 16/03, de 25 de Julho — «Lei sobre a Arbitragem Voluntária».

2. O Tribunal Arbitral será composto por três árbitros, cabendo a cada uma das Partes designar um árbitro e, aos árbitros assim designados, um terceiro que será o árbitro-presidente. Na notificação para arbitragem efectuada pela Parte demandante, deve esta, já indicar o nome do árbitro que lhe cabe designar. Recebida a notificação, tem a Parte demandada 30 (trinta) dias, a contar da data da notificação para arbitragem, para designar um árbitro, comunicando a sua escolha à Parte demandante. No prazo de 30 (trinta) dias devem os árbitros designados pelas Partes designar o árbitro-presidente, devendo notificar as Partes da sua escolha. Caso algum dos árbitros não seja designado dentro do prazo aqui estabelecido, a sua designação é deferida ao Bastonário da ordem dos Advogados, que deverá designar o árbitro em falta no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data em que tal lhe tiver sido solicitado.

3. O Tribunal Arbitral considera-se constituído na data em que o terceiro árbitro aceitar a sua nomeação e o comunicar a ambas as Partes.

4. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda, Angola, e decidirá segundo a Lei angolana.

5. A Arbitragem será conduzida em língua portuguesa.

6. O Tribunal Arbitral detém igualmente poderes para decidir, a título definitivo, um eventual diferendo sobre o objecto do litígio.

7. Os acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral serão finais, vinculativos e irrecorríveis. As Partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do Tribunal Arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 22.ª
(Língua do Contrato e Exemplares)

O presente contrato é redigido em língua portuguesa e impresso em 3 (três) exemplares, destinados à ANIP, ao Investidor Externo à Imprensa Nacional, fazendo todos igual fé.

CLÁUSULA 23.ª
(Anexos ao Contrato)

São Anexos do Contrato de Investimento os seguintes documentos reitores:

Anexo (I) — Cronograma de implementação e Execução do Projecto de Investimento;

Anexo (II) — Plano de Formação da Mão-de-Obra Nacional.

Tendo as Partes acordado no disposto no presente Contrato de Investimento, os seus representantes autorizados assinaram o mesmo, em três originais, em Luanda, aos 15 de Abril de 2014.

Pelo Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional de Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*. — Presidente do Conselho de Administração).

Pela Arkema Afrique Sas, *Damila Sousa Pinto de Andrade*. — (Representante Legal).

ANEXO I

Cronograma de Implementação e Execução do Projecto de Investimento

	Jan. 14	Fev. 14	Março 14	Abril 14	Maio 14	Junho 14	Julho 14	Ago. 14	Set. 14	Out. 14	Nov 14	Dez. 14	Jan. 15	Fev. 15	Mar. 15	Abril 15
Preparação Dossier ANIP																
Aprovação Dossier ANIP (LIC) e Constituição da Sociedade																
Obtenção da Licença Industrial																
Preparação do Terreno																
Construção do Armazém																
Montagem dos Equipamentos																
Início de Exploração																

ANEXO II

Plano de Formação Anual da Mão-de-Obra Nacional

	Categoria	N.º de Formandos	Formador Categoria	Tipo de Formação	Local de Formação	Duração da Formação	
						Início	Fim
1	Plano de Formação Colectivo	8	Licenciado	Conhecimento do Grupo Arkema, CECA França e CECA Produtos químicos do campo petrolífero	Angola	Indeterminado	
		8	Licenciado	Segurança e Regras de Segurança Empresarial	Angola	Indeterminado	
		8	Licenciado	Língua Inglesa	Angola	Indeterminado	
2	Gestor de Vendas e Operações	2	Licenciado	Encontros e intercâmbios com pessoal-chave da CECA	Sede França	Indeterminado	
		2	Licenciado	Inovação e Marketing	Sede França	Indeterminado	
		2	Licenciado	Formação sobre produtos químicos e técnicas da CECA para o campo petrolífero	África do Norte e Central	Indeterminado	
		2	Licenciado	Segurança do fluxo de produtos químicos do campo petrolífero e integridade dos laboratórios	Sede França	Indeterminado	
		2	Licenciado	Certificado de Segurança e treino subaquático de sobrevivência a um desastre de helicóptero	Angola	Indeterminado	
3	Gestor Compras, Logística e Qualidade	1	Licenciado	Curso de integração com interlocutores CECA França	Sede França	Indeterminado	
		1	Licenciado	Controle de qualidade de produtos químicos do campo petrolífero	Sede França	Indeterminado	
		1	Licenciado	QSMS produtos e armazenamento	Sede França	Indeterminado	
		1	Licenciado	Fornecimento da cadeia de stocks e sistemas de gestão	Sede França	Indeterminado	
		1	Licenciado	Certificação de op. de armazenagem, condução de empilhadores	Sede França/ Angola	Indeterminado	
		1	Licenciado	Certificado de Segurança e treino subaquático de sobrevivência a um desastre de helicóptero	Angola	Indeterminado	
4	Operador de Armazém	2	Licenciado	Certificação de op. de armazenagem, condução de empilhadores	Angola	Indeterminado	
		2	Licenciado	Controlo de Qualidade	Angola	Indeterminado	
		2	Licenciado	QSMS produtos e armazenamento	Angola	Indeterminado	
5	Pessoal Administrativo	2	Licenciado	Informática	Sede	Indeterminado	

Pelo Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*. — Presidente do Conselho de Administração).

Pela Arkema Afrique Sas, *Damila Sousa Pinto de Andrade* — (Representante Legal).

Resolução n.º 64/14
de 2 de Setembro

Considerando que, a sociedade Chen Yonghai, pessoa singular de nacionalidade chinesa, entidade não residente cambial, investidor externo, residente em Beijing-China, representado por Paula Augusto de Almeida Andrade, na qualidade de sua procuradora, (doravante abreviadamente designada por «Investidor Privado»); e

Considerando que no âmbito desta proposta pretende-se constituição de uma sociedade por quotas, denominada «Tengchuan Internacional, Limitada»;

Considerando ainda, que o Governo da República de Angola está empenhado em promover projectos de investimentos que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente, diversificação da economia, construção de infra-estruturas económicas e sociais e a melhoria da qualidade de vida das populações;

Nos termos do n.º 1 do artigo 60.º, da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio (Lei do Investimento Privado), o Conselho de Administração da Agência Nacional para o Investimento Privado, emite a seguinte Resolução:

1.º — É aprovado o contrato de investimento do projecto denominado «Tengchuan Internacional, Limitada», no valor global de USD 2.000.000,00 (dois milhões dólares dos Estados Unidos da América), no Regime Único cuja actividade principal é construção civil nomeadamente, serviços gerais de construção civil, pinturas, trabalhos em gesso cartonado, acabamentos interiores, pavimentos e revestimentos em geral.

2.º — A presente Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

Visto e aprovado pelo Conselho de Administração da ANIP, em Luanda, ao 15 de Abril de 2014. — A Presidente do Conselho de Administração, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

CONTRATO DE INVESTIMENTO PRIVADO
TENGCHUAN INTERNACIONAL, LIMITADA

Contrato de Investimento Privado

Entre:

Estado da República de Angola, representado pela Agência Nacional para o Investimento Privado, nos termos da delegação de competências prevista no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, com sede na Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, 9.º andar, Edifício do Ministério da Indústria, aqui representada por Maria Luísa Perdigão Abrantes, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, com poderes legais e estatutários para o acto, (doravante abreviadamente designadas, respectivamente, por «Estado» e por «ANIP»);

E

1.º — Chen Yonghai, pessoa singular de nacionalidade chinesa, entidade não residente cambial, investidor externo, residente em Beijing-China, representado por Paula Augusto de Almeida Andrade, na qualidade de sua procuradora, (doravante abreviadamente designada por «Investidor Privado»); e

2.º — Chen Yongli, pessoa singular de nacionalidade chinesa, entidade não residente cambial, investidor externo, residente em Beijing-China, representado por Paula Augusto de Almeida Andrade, na qualidade de sua procuradora, (doravante abreviadamente designada por «Investidor Privado»)

O Estado e os Investidores Privados, quando referidos conjuntamente serão designados por Partes.

Considerando que:

1. Nos termos da Lei do Investimento Privado, a ANIP é o órgão do Estado encarregue de executar a política nacional em matéria de investimento privado e promover, coordenar e supervisionar os investimentos privados em curso em Angola;

2. Os Investidores Privados pretendem realizar o investimento necessário para o estabelecimento em Angola de um projecto que consiste na construção civil, nomeadamente a serviços gerais de construção civil, pinturas, trabalhos em gesso cartonado, acabamentos interiores, pavimentos e revestimentos em geral, nos termos da Lei do Investimento Privado e do presente Contrato de Investimento;

3. O Projecto de Investimento dos Investidores Privados deve seguir o regime processual único do Investimento Privado, que corresponde ao regime contratual, nos termos do n.º 1 do artigo 51.º e do artigo 52.º da Lei do Investimento Privado;

4. É intenção do Estado apoiar o Projecto de Investimento dos Investidores Privados, e é intenção destes cumprirem integralmente com todas as obrigações decorrentes do Contrato de Investimento e da Lei.

É celebrado o presente Contrato de Investimento Privado, de acordo com o previsto na Lei do Investimento Privado e nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª
(Definições)

1. Para efeitos do presente Contrato de Investimento, salvo se sentido diverso resultar do seu contexto, as definições abaixo reproduzidas terão o significado que a seguir lhes é atribuído:

- «Cláusulas»: — Os articulados deste Contrato de Investimento, excluindo os considerandos;
- «Contrato de Investimento»: — O presente Contrato de Investimento Privado e todos os seus Anexos;
- «Tengchuan Internacional, Limitada»: — a sociedade de Direito Angolano que os Investidores Privados pretendem constituir no quadro do presente projecto de investimento privado;
- «Data Efectiva»: — Data da assinatura do Contrato de Investimento;
- «Estudo de Impacto Económico e Social»: — Estudo demonstrativo do impacto económico e

social do projecto de Investimento a que alude o n.º 2 do artigo 54.º da Lei do Investimento Privado;

f) «Lei do Investimento Privado»: — Lei n.º 20/11, de 20 de Maio;

g) «Lei das Sociedades Comerciais»: — Lei n.º 1/04, de 13 de Fevereiro;

h) «Projecto de Investimento»: — Projecto de Investimento descrito nas cláusulas 2.ª e 3.ª do presente Contrato de Investimento;

2. Para além das definições constantes do número anterior, sempre que o Contrato de Investimento utilizar as definições previstas no artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, estas terão o significado previsto nessa lei.

3. Em caso de alteração, total ou parcial, do artigo 2.º da Lei do Investimento Privado, as Partes acordam que as definições incorporadas neste Contrato de Investimento, por força desta cláusula, terão o significado que lhes for atribuído pela Lei do Investimento Privado na Data Efectiva.

4. O significado das definições previstas nos n.ºs 1 e 2 desta cláusula será sempre o mesmo, quer estas sejam utilizadas no plural ou no singular, quer se encontrem escritas no género masculino ou feminino.

CLÁUSULA 2.ª

(Natureza administrativa e objecto do Contrato)

1. O Contrato de Investimento tem natureza administrativa e rege-se pela Lei do Investimento Privado.

2. O presente Contrato tem por objecto a regulação do investimento que os Investimentos Privados pretendem realizar um projecto que consiste na construção civil.

CLÁUSULA 3.ª

(Localização do Investimento e regime jurídico dos bens dos Investidores)

1. O Projecto de Investimento será implementado na Rua Direita do Camama n.º 201, Comuna Golf 2, Município de Belas, Província de Luanda.

2. O regime jurídico dos bens é absolutamente de natureza privada, sendo os capitais totalmente detidos pelos Investidores Privados.

CLÁUSULA 4.ª

(Entrada em vigor, prazo de vigência do Contrato)

O Contrato de Investimento entra em vigor na Data Efectiva e vigorará por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 5.ª

(Objectivos a serem atingidos pelo Projecto de Investimento)

Os objectivos do Projecto de Investimento são os seguintes:

- Constituição de uma sociedade comercial de Direito Angolano;
- Instalação de um estaleiro para armazenamento dos equipamentos e máquinas;
- Motivar e promover o desenvolvimento económico do País e simultaneamente promover o bem-estar económico das populações;
- Proporcionar parcerias entre entidades nacionais e estrangeiras;
- Criar novos postos de trabalho para trabalhadores nacionais e elevar a qualificação de mão-de-obra angolana;

f) Aumentar as disponibilidades cambiais e o equilíbrio da balança de pagamentos;

g) Promover o desenvolvimento tecnológico, a eficiência empresarial do País.

CLÁUSULA 6.ª

(Montante do Investimento)

1. O valor global do Projecto de Investimento é de USD 2.000.000,00 (dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

2. No quadro de implementação e desenvolvimento do projecto de investimento, os Investidores Privados poderão, futuramente, solicitar junto da ANIP, aumentos do valor do investimento, visando, nomeadamente, a expansão do presente projecto.

CLÁUSULA 7.ª

(Operações de Investimento Privado)

O investimento referido na cláusula Sexta do presente Contrato de Investimento prevê a realização das operações de investimento previstas nas alíneas a), c) e f) do artigo 12.º da Lei do Investimento Privado, respectivamente:

- Introdução em território nacional de moeda livremente conversível;
- Introdução de máquinas, equipamentos e outros meios fixos corpóreos;
- Constituição de sociedade detida por investidores externos.

CLÁUSULA 8.ª

(Formas de realização do Investimento Privado)

As formas da realização do investimento são as previstas nas alíneas a) e d) do artigo 13.º da Lei do Investimento Privado, nos seguintes termos:

Transferência de fundos próprios do exterior no valor de USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América) subscritos pelos investidores da seguinte forma:

USD 500.000,00 pelo Chen Yonghai;

USD 500.000,00 pelo Chen Yongli;

Importação de máquinas, equipamentos, acessórios e outros meios fixos corpóreos equivalentes a USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América).

USD 500.000,00 pelo Chen Yonghai;

USD 500.000,00 pelo Chen Yongli.

CLÁUSULA 9.ª

(Formas de financiamento do Projecto)

O Projecto será integralmente financiado com recurso a capitais próprios, de origem externa, pertencentes aos Investidores Privados.

Chen Yonghai USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América);

Chen Yongli USD 1.000.000,00 (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América).

CLÁUSULA 10.ª

(Programa de implementação e desenvolvimento do Projecto)

1. A implementação do empreendimento será feita conforme cronograma de implementação e execução do Projecto de Investimento, que se junta ao presente Contrato como Anexo II.

Os Investidores Privados não poderão ser responsabilizados pelos incumprimentos dos prazos mencionados no cronograma, desde que sejam resultantes de actos e omissões, nomeadamente de atrasos na actuação das entidades públicas envolvidas na execução do projecto, ficando já obrigado a informar à ANIP sobre quaisquer factos que impeçam de cumprir com as suas obrigações,

CLÁUSULA 11.ª

(Termos da proporção e graduação percentual do repatriamento dos lucros e dividendos)

1. O Projecto de Investimento fica sujeito à legislação em vigor na República de Angola e às regras previstas na Lei do Investimento Privado sobre repatriamento de capitais.

2. Depois de implementado o Projecto de Investimento, a obediência ao disposto nos artigos 18.º, 19.º e 20.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, e nas condições estabelecidas na autorização concedida pelo BNA nos termos da legislação aplicável, aos Investidores Privados é garantido o direito de transferir para o exterior:

- a) Os dividendos ou lucros distribuídos, depois de devidamente verificados e certificados os respectivos comprovativos do pagamento dos impostos devidos, tendo em conta o montante do capital investido e a sua correspondência com as respectivas participações no capital próprio da sociedade;
- b) O produto da liquidação dos seus investimentos, incluindo mais-valias, depois de pagos os impostos devidos;
- c) Quaisquer importâncias que lhe sejam devidas com a dedução dos respectivos impostos previstos em actos e contratos que, nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, constituam investimento privado; e
- d) O produto de indemnizações, conforme previsto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

3. Os investidores só terão direito de iniciar o repatriamento de lucros depois de transcorridos 3 (três) anos após a implementação efectiva do projecto de investimento.

CLÁUSULA 12.ª

(Mecanismos de acompanhamento do Projecto de Investimento)

1. Sem prejuízo dos mecanismos de acompanhamento da realização dos investimentos preconizados a ser efectuado pela ANIP no quadro do disposto na Lei do Investimento Privado, os Órgãos do Governo procederão, nos termos e forma legalmente prevista, à fiscalização sectorial corrente e ao acompanhamento e supervisão de toda a execução do projecto.

2. Os Investidores Privados e a sociedade a constituir deverão facilitar à ANIP o acompanhamento e fiscalização das suas actividades e dos dados e elementos que possuir quer sejam de natureza técnica, económica, financeira ou outra, cujos Técnicos devidamente credenciados, terão o direito de visitar o local ou locais de operações, adstritas ao projecto de investimento, devendo ser-lhes facultadas as condições logísticas necessárias ao desempenho da sua missão.

3. No quadro do desenvolvimento do projecto de investimento autorizado, o alargamento do objecto da sociedade veículo do projecto, os aumentos de capitais para o investimento, os aumentos de capital social da sociedade, bem como as cessões de participações sociais contratuais e demais alterações das condições de autorização, em conformidade com a Lei n.º 20, de 20 de Maio, devem ser autorizados pela ANIP.

4. De acordo com o Cronograma de Implementação e Execução do Projecto que constitui anexo ao presente contrato de investimento, os Investidores Privados sem prejuízo do estipulado no n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, deverão elaborar e apresentar à ANIP relatórios trimestrais, no período de investimento, e anuais, no período de exploração, com todos os dados relevantes, contendo a descrição circunstanciada dos trabalhos apurados e indicadores técnicos e económicos realizados, bem como outros elementos de síntese que se afigurem relevantes.

5. Sempre que necessário as Partes poderão solicitar a realização de reuniões de balanço, no quadro da implementação e execução do projecto de investimento autorizado. As notificações ou comunicações entre as Partes, no âmbito do presente Contrato de Investimento só se consideram validamente realizadas se forem efectuadas por escrito e entregues pessoalmente ou enviadas por correio, correio electrónico (E-mail) e fax para os seguintes endereços:

ANIP

Rua Cerqueira Lukoki, n.º 25, Edifício do Ministério da Indústria, 9.º andar Luanda - Angola

Telefones: (00 244) 222 391 434 / 331 252

Fax: (00 244) 222 393 381 / 393 833

Caixa Postal: 5465

E-mail: Geral@anip.co.ao

Investidor

Representante, Paula Augusto de Almeida Andrade
Luanda - Rua: Francisco das Necessidades, n.º 29,

4.º andar, Apartamento E/esquerdo

Telefones +244 923 618 325

E-mails: paulaandrade2010@hotmail.com

6. Qualquer alteração aos endereços acima indicados deverá ser prontamente comunicada, por escrito, à outra Parte.

CLÁUSULA 13.ª

(Impacto económico e social do Projecto)

1. O Projecto de Investimento terá o impacto económico descrito no Estudo de Viabilidade Técnica, Económica e Financeira do Projecto, nomeadamente:

a) 31 (trinta e um) trabalhadores nacionais.

2. O Projecto de Investimento terá o seguinte impacto social:

a) Criação de emprego através de novos postos de trabalho permanentes, num total de 31 (trinta e um);

b) Desenvolvimento de acções de formação de âmbito geral e específico, bem como a promoção da qualificação profissional.

CLÁUSULA 14.^a
(Impacto ambiental)

1. Os Investidores Privados obrigam-se a executar o Projecto de Investimento de acordo com a legislação ambiental em vigor aplicável, nomeadamente no que diz respeito ao dever de colaboração e de informação com o Ministério do Ambiente, em particular no que diz respeito a:

- a) Salvaguarda do meio ambiente, em matéria de ruídos, gases, fumos, poeira, gestão de resíduos e efluentes;
- b) Permitir que as autoridades competentes procedam à inspecção ou realizem estudos para aferir a regularidade ambiental das actividades;
- c) Assegurar o adequado tratamento das águas residuais e dos resíduos sólidos;
- d) Participar ao Ministério do Ambiente quaisquer ocorrências anómalas de natureza poluente ou com efeitos negativos sobre o ambiente.

2. No quadro da implementação do Projecto de Investimento os Investidores Privados deverão cumprir com os procedimentos inerentes à protecção do meio ambiente que se traduzem em medidas que permitirão minimizar o impacto negativo sobre o ambiente de acordo com as normas internacionais e as leis nacionais sobre a matéria designadamente a Lei n.º 5/98, de 19 de Junho, Decreto n.º 51/04, de 23 de Julho e o Decreto n.º 59/07, de 13 de Julho, Decreto n.º 1/10, de 13 de Janeiro e o Decreto Executivo Conjunto n.º 130/09, de 26 de Novembro.

CLÁUSULA 15.^a
(Força de Trabalho, Plano de Formação e Plano de Substituição)

1. O projecto de investimento prevê, no seu primeiro ano de implantação, a criação de 31 (trinta e um) postos de trabalho, a preencher nos seguintes termos:

- a) 29 (vinte e nove) trabalhadores nacionais;
- b) 5 (cinco) trabalhadores expatriados;

2. Para além do cumprimento das obrigações previstas no Plano de Recrutamento e Formação da mão-de-obra nacional, a Sociedade ficará também obrigada a:

- a) Promover a substituição gradual da mão-de-obra expatriada, por trabalhadores nacionais, nos termos do Decreto n.º 5/95, de 7 de Abril;
- b) Colaborar com o INEFOP no processo de recrutamento, selecção e formação profissional dos trabalhadores Angolanos;
- c) Cumprir com as obrigações inerentes à sua qualidade de empregador, designadamente, os descontos de Imposto sobre o rendimento do Trabalho e contribuições para a Segurança Social, celebrar contratos de seguros de trabalho e doenças profissionais.

CLÁUSULA 16.^a
(Apoio Institucional do Estado)

Ao longo do desenvolvimento e implementação do projecto de investimento, as instituições públicas angolanas, de acordo com as suas competências e no alcance do interesse sócio-económico do projecto, comprometem-se institucionalmente no seguinte:

- a) *Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP)*: — apoiar os Investidores Privados sem-

pre que estes pretenderem recorrer aos órgãos da administração pública supramencionados e outras instituições cuja intervenção seja considerada pertinente para a implementação e prossecução do projecto;

- b) *BNA* — Departamento de Controlo Cambial: — licenciar as operações cambiais no âmbito da legislação vigente;
- c) *Ministério da Construção*: — garantir a emissão do alvará de construção.

CLÁUSULA 17.^a
(Direitos e deveres dos Investidores)

1. O Estado Angolano garante aos Investidores Privados a protecção dos seus direitos e o seu apoio institucional garantindo-lhes designadamente o direito de:

- a) Introduzir em Angola os bens e fundos que se deem necessários para implementar o projecto de investimento;
- b) Repatriar, nos termos da legislação cambial em vigor e conforme o previsto no artigo 18.º n.º 1 da Lei do Investimento Privado e da cláusula 12.ª deste Contrato de Investimento, em moeda internacionalmente conversível, (i) os dividendos ou lucros distribuídos; (ii) o produto da dissolução e liquidação dos seus investimentos; (iii) quaisquer importâncias que sejam devidas, previstas em actos ou contratos que constituam investimento privado; (iv) o produto de quaisquer indemnizações em caso de expropriação ou requisição pública; (v) os rendimentos de direitos de propriedade intelectual;
- c) Negociar livremente as taxas de câmbio de compra e venda de divisas com instituições financeiras legalmente autorizadas a operar em Angola;
- d) Recorrer ao crédito interno e externo se tal se afigurar necessário para implementar o Projecto de Investimento, nos termos do artigo 22.º n.º 1 da Lei do Investimento Privado.

2. Os Investidores Privados compromete-se a respeitar as leis e regulamentos em vigor na República de Angola e a cumprir com os compromissos assumidos no âmbito do presente contrato, nomeadamente a:

- a) Observar os prazos fixados para a importação de capitais e para a implementação do projecto de investimento, de acordo com os compromissos assumidos;
- b) Promover a formação de mão-de-obra nacional e a angolanização progressiva dos quadros de direcção e chefia, sem qualquer tipo de discriminação;
- c) Não praticar, por acção ou omissão, quaisquer actos que configurem discriminação racial, do género ou por deficiência física, não fomentando factores de exclusão em razão do salário ou da condição social entre trabalhadores nacionais e expatriados, devendo atribuir aos angolanos categorias ocupacionais, salários e regalias sociais iguais as dos seus homólogos expatriados de igual nível ou grau académico e qualificação técnica e profissional;

- f) Pagar os impostos e todas as outras contribuições que lhe sejam devidas, sem prejuízo dos eventuais benefícios fiscais a que esteja sujeito;
- g) Aplicar o plano de contas e as regras de contabilidade existentes no País;
- h) Respeitar as normas relativas à defesa do meio ambiente, nos termos da Lei n.º 5/98, de 9 de Junho, Lei de Bases do Ambiente e de outra legislação aplicável;
- i) Respeitar as normas relativas à higiene, protecção e segurança dos trabalhadores contra doenças profissionais, acidentes de trabalho e outras eventualidades previstas na legislação sobre segurança social;
- j) Efectuar e manter actualizados os seguros contra acidentes de trabalho e doenças profissionais dos trabalhadores, bem como os seguros de responsabilidade civil por danos a terceiros ou ao ambiente.

CLÁUSULA 18.ª
(Lei aplicável)

O Contrato de Investimento rege-se pela lei Angolana, designadamente pela Lei do Investimento Privado, Lei n.º 20/11, de 20 de Maio.

CLÁUSULA 19.ª
(Infracções e sanções)

1. Sem prejuízo do disposto noutros diplomas legais, constitui transgressão o incumprimento doloso ou culposo das obrigações legais a que os Investidores Privados estão sujeitos nos termos da Lei n.º 20/11, de 20 de Maio, e demais legislação sobre Investimento Privado.

2. Constitui nomeadamente transgressão:

- a) O uso de contribuições provenientes do exterior para finalidades diversas daquelas para que tenham sido autorizadas;
- b) A não execução do projecto dentro dos prazos estabelecidos no presente Contrato ou na autorização do investimento;
- c) A prática de actos do comércio ilegais;
- d) A prática de facturação que permita a saída ilícita de capitais ou iluda as obrigações a que a empresa esteja sujeita, designadamente as de carácter fiscal;
- e) A não execução das acções de formação ou a não substituição de trabalhadores expatriados por nacionais nas condições e prazos estabelecidos;
- f) A sobre-facturação de máquinas e equipamentos importados para os fins do projecto de investimento;
- g) A falsificação de mercadorias e falsidade das declarações.

3. As transgressões previstas nos números anteriores, sem prejuízo de outras sanções especialmente previstas na lei, são passíveis da aplicação das seguintes sanções:

- a) Multa, no valor correspondente em kwanzas, que varia entre o equivalente a USD 10.000,00 (dez mil dólares norte-americanos) e USD 500.000,00 (quinhentos mil dólares norte-americanos), sendo o mínimo e o máximo elevados para o triplo em caso de reincidência;
- b) Revogação da autorização do investimento.

CLÁUSULA 20.ª
(Resolução de litígios)

1. Qualquer conflito entre as partes emergente ou relacionado com o presente Acordo, incluindo qualquer questão relacionada com a sua existência, validade ou termo, será submetido e resolvido através da arbitragem de acordo com a Lei n.º 16/03 de 25 de Julho «Lei sobre Arbitragem Voluntária».

2. O Tribunal Arbitral será composto por três árbitros, cabendo a cada uma das Partes designar um árbitro, e aos árbitros assim designados, um terceiro que será o árbitro-presidente. Na notificação para arbitragem efectuada pela Parte demandante, deve esta já indicar o nome do árbitro que lhe cabe designar. Recebida a notificação, tem a Parte demandada 30 (trinta) dias a contar da data da notificação para arbitragem para designar um árbitro, comunicando a sua escolha à Parte demandante. No prazo de 30 (trinta) dias devem os árbitros designados pelas Partes designar o árbitro-presidente, devendo notificar as Partes da sua escolha. Caso algum dos árbitros não seja designado dentro do prazo aqui estabelecido, a sua designação é deferida ao Bastonário da ordem dos Advogados, que deverá designar o árbitro em falta no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data em que tal lhe tiver sido solicitado.

3. O tribunal arbitral considera-se constituído na data em que o terceiro árbitro aceitar a sua nomeação e o comunicar a ambas as Partes.

4. O Tribunal Arbitral funcionará em Luanda, Angola, e decidirá segundo a Lei Angolana.

5. A Arbitragem será conduzida em língua portuguesa.

6. O tribunal arbitral detém igualmente poderes para decidir, a título definitivo, um eventual diferendo sobre o objecto do litígio.

7. Os acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral serão finais, vinculativos e irrecorríveis. As Partes, desde já, renunciam ao direito de invocar qualquer imunidade ou privilégio de que possam gozar relativamente aos acórdãos, ordens ou decisões do tribunal arbitral e comprometem-se a prontamente cumprir com as mesmas nos seus precisos termos.

CLÁUSULA 21.ª
(Língua do Contrato e exemplares)

O presente Contrato é redigido em língua portuguesa e impresso em 3 (três) exemplares, com igual teor e força jurídica, fazendo todos igual fé.

CLÁUSULA 22.ª
(Anexos ao Contrato)

São Anexos do Contrato de Investimento os seguintes documentos:

Anexo (1) — Cronograma de implementação e execução do projecto de investimento;

Anexo (2) — Plano de formação;

Anexo (3) — Plano de substituição.

Tendo as Partes acordado no disposto no presente Contrato de Investimento, os seus representantes autorizados assinaram o mesmo, em dois originais, em Luanda, aos 15 de Abril de 2014.

Pelo Estado da República de Angola, Agência Nacional para o Investimento Privado — ANIP, *Maria Luísa Perdigão Abrantes*.

Pelos Investidores, *Paula Augusto Almeida de Andrade*.

ANEXO I

Cronograma de Implementação e Execução do Projecto de Investimento

Ações/Tempo	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Agos.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
ANIP — Análise e Aprovação									
BNA/GUE									
Arrendamento das Instalações									
Início das Obras de Construção e Adaptação									
Importação das Máquinas e Equipamentos									
Montagem das Máquinas e Equipamentos									
Recrutamento e Selecção do Pessoal									
Formação do Pessoal									
Início das Actividades									

ANEXO II

Plano de Formação

O pessoal a contratar para trabalhar receberá formação sobre os mais variados assuntos, tendo sido identificados, desde já, os seguintes tópicos:

Categorias	Categoria do Formador	Formação	Local	Número	Duração	Custo
Ladrihadores	Engenheiro	Metres em Geral	<i>On Job</i>	2	6 Meses	0
Pintores	Mestre em Pintura	Especializados/Pintura	<i>On Job</i>	1	6 Meses	0
Projectistas	Engenheiro Arquitectos	Especializados/Projectos	<i>On Job</i>	1	3 Meses	0
Pedreiros	Técnicos Sénior	Mestres de Obra	<i>On Job</i>	1	6 Meses	0

ANEXO III

Plano de Substituição

Rúbricas	Ano 1		Ano 2		Ano 3	
	Nacionais	Expatriados	Nacionais	Expatriados	Nacionais	Expatriados
Direcção	1	1	0	1	0	2
Técnicos Superiores	2	1	5	1	12	1
Técnicos Médios	4	1	5	1	6	
Administrativos	2	1	5	0	2	0
Pedreiros	10	1	10	0	6	0
Ladrihadores	10	0	5	1	6	0
Total	29	05	30	4	32	3

Pelo Estado da República de Angola, Agência Nacional de Investimento Privado — ANIP, *Maria Luisa Perdigão Abrantes*.

Pelos Investidores, *Paula Augusto Almeida de Andrade*.